



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR**

Orientadora: Prof. Ms. Márcia Paiva de Oliveira

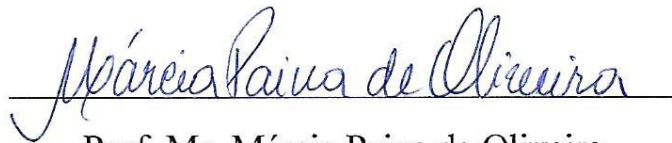
JOÃO PESSOA  
2017

JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA

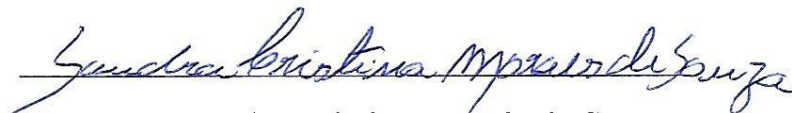
**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso (TCC), apresentado à coordenação do curso de Graduação em Psicopedagogia de UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de psicopedagogo. Avaliado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros.

Aprovado em: 01/06/2017



Prof. Ms. Márcia Paiva de Oliveira  
Orientadora - UFPB



Prof. Ms. Sandra Cristina Morais de Souza  
Examinadora - UFPB

## **PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR**

**Resumo:** As discussões acerca da educação inclusiva no Brasil se estenderam na década de 80 e foram instituídos documentos importantes para a construção de uma escola inclusiva. Dentre os documentos de grande importância para a educação inclusiva está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e Constituição Federal (Artigos e Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência). Este estudo foca o olhar sobre a educação de alunos com deficiência, em específico a deficiência intelectual - DI. Acreditamos ser esse estudo relevante, pois os professores são os profissionais que fazem acontecer à inclusão dos alunos com deficiência na escola. Este trabalho tem como Objetivo Geral analisar a percepção de professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na escola regular. De forma específica, pretendemos identificar o que os professores entendem sobre inclusão educativa, conhecer a importância dada pelos professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular, avaliar as atitudes dos professores frente à aprendizagem do sujeito com deficiência intelectual na classe regular e constatar se o professor reconhece ou não as diretrizes a serem percorridas para exercer a inclusão educativa de pessoas com deficiência intelectual. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados de forma qualitativa baseados nas orientações e sugestões do livro intitulado “Análise do Conteúdo” de Maria Laura P. B. Franco. Como resultado foi possível ter um conhecimento sobre como o professor percebe a inclusão educativa frente à pessoa com deficiência intelectual.

**Palavras-chave:** Inclusão. Deficiência Intelectual. Percepção de Professores.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse artigo relata uma pesquisa que tem como foco a percepção de professores acerca da inclusão de pessoas com deficiência intelectual - DI na escola regular. Tal inclusão é uma realidade em nossas escolas brasileiras, devido às legislações e políticas públicas educacionais das últimas décadas.

A partir do final da década de 1980 intensificaram-se os debates acerca da educação inclusiva, como consequência de discussões internacionais. Nesta discussões, pesquisadores, professores e outros profissionais da educação colaboraram para a efetivação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca (CARVALHO, 2004, p.77). A construção destes Documentos foi de suma importância para a idealização de uma escola igualitária independente de gênero, etnia, condição física, intelectual e social.

No Brasil, estes diálogos se deram a partir da reforma democrática, a exemplo de movimentos que deram origem a Constituição Federal (1988) e os debates que desaguaram na Lei de Diretrizes de Bases da Educação - LDB (1996), que por sua vez contempla e norteia a educação para pessoas com deficiência, dentro da esfera da educação básica.

Este estudo foca o olhar sobre a educação de alunos com deficiência, em específico a deficiência intelectual - DI. Neste sentido, apontamos a opinião de Carneiro (2004), conforme citado por Ney (2008, p. 107), no que diz respeito aos alunos especiais, o autor cita que são pessoas que apresentam necessidades pessoais específicas, que se distinguem de outros alunos frente à aprendizagem escolar nos anos compatíveis com suas faixas etárias.

A escolha por essa temática surgiu por ocasião da participação em um grupo de extensão que trabalhava com a formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva. Acreditamos ser esse estudo relevante, pois os professores são os profissionais que fazem acontecer a inclusão dos alunos com deficiência na escola.

Sabemos que o processo inclusivo não é fácil, pois os professores não foram preparados para essa atribuição em suas formações nos cursos de licenciatura. Contudo, a inclusão é uma realidade na sociedade brasileira. Na Constituição Federal (art. 208, inciso III, 1988) e no artigo 58 da LDB, nº 9.394/96, definem a educação especial como a modalidade de educação escolar a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com necessidades especiais. É de nosso conhecimento que para ser efetivada esta política todos os fatores deverão estar equalizados. Para tanto, há uma série de tarefas e determinações que o sistema educacional deve prever para alcançar resultados satisfatórios que sejam efetivados.

Ney (2008, p.108) sugere que deve haver um planejamento criterioso, porém o elemento principal do eixo educacional tem de ser formado e treinado para trabalhar com os alunos desta categoria. O autor acima complementa que esse elemento fundamental é o professor diante da tríade: escola – professor – aluno. Seguindo este pensamento surge a inquietação em saber se os professores estão preparados para a prática da inclusão educativa, para tanto se questiona qual a percepção dos professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na escola regular?

Portanto, este trabalho tem como Objetivo Geral analisar a percepção de professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na escola regular. Através da análise da percepção de professores sobre alunos com deficiência intelectual, pretendemos contribuir de forma significativa com as dificuldades de ensino-aprendizagem no contexto da escola inclusiva, explorando maneiras que possam facilitar a prática da inclusão educativa de pessoas com deficiência intelectual.

De forma específica, pretendemos identificar o que os professores entendem sobre inclusão educativa (1), conhecer a importância dada pelos professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular (2), avaliar as atitudes dos professores frente à aprendizagem do sujeito com deficiência intelectual na classe regular (3) e constatar se o professor reconhece ou não as diretrizes a serem percorridas para exercer a inclusão educativa de pessoas com deficiência intelectual (4), possibilitando assim, identificar os maiores entraves encontrados pelos professores para realizar a inclusão do aluno com deficiência intelectual, distinguir uma metodologia inclusivista da metodologia integracionista e verificar pressupostos pedagógicos e de readaptação curricular para promover a equidade na escola inclusiva. Desta forma, contribuimos para o surgimento de uma visão pormenorizada das problemáticas encontradas pelos educadores, haja vista que os alunos com necessidades educativas especiais apresentam dificuldades de aprendizagem, e, portanto, necessitam também de um ensino modificado e adaptado às suas condições.

Como veremos na fundamentação teórica e nos demais itens desse artigo, este trabalho contribui com conhecimentos para a psicopedagogia institucional, uma vez que envolve a temática da educação, favorecendo o conhecimento prático do exercício da profissão. Esta pesquisa também contribui com o conhecimento na área das ciências da educação, em especial da educação inclusiva, pois conterà dados relevantes da relação professor e aluno.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

## 2.1. A INCLUSÃO EDUCATIVA

A inclusão educativa busca estruturar meios que tragam uma aprendizagem significativa para todos os alunos, como cita Carvalho (2004, p. 65), “a educação inclusiva procura modos e meios de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente”.

Na atualidade o termo inclusão está relacionado com diversos aspectos, porém muitas vezes alguns docentes ao tratarem questões sobre inclusão tendem a associar com pessoas com deficiência, de forma rara referindo-se a pessoas com altas habilidades/superdotados ou aos que apresentam dificuldades de aprendizagem e não apresentarem deficiência (CARVALHO, 2004, p.26).

No entanto, vale ressaltar que, as políticas voltadas para as pessoas com deficiências são muitas e mais destacadas (de forma midiática) pelo próprio estado, com isso pode-se justificar essa associação da inclusão educativa (de uma forma geral) com a inclusão (de forma específica) da pessoa com deficiência. No entanto, como cita Rocha e Miranda (2009, p. 32), “aspectos legislativos, como as normas apenas, não vão dar conta da demanda para a educação de pessoas com deficiência, é preciso políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores, e recursos tecnológicos”.

Por outro lado, a escola, mesmo consciente da necessidade da prática da inclusão educativa, como meio de qualidade na educação, não se sente preparada para receber os indivíduos com necessidades especiais, porém, como afirma Carvalho (2004, p. 15), “precisamos entender que escolas receptivas e responsivas, isto é, inclusivas, não dependem só e apenas dos seus gestores e educadores, pois as transformações que nela precisam ocorrer, urgentemente, estão intimamente atreladas às políticas públicas em geral”.

Os alunos com deficiência ao se deparar com o contexto social escolar, mesmo que a escola esteja preparada ou pelo menos consciente para trabalhar com a inclusão de pessoas com deficiência, este aluno ainda encontrará dificuldade de se sentir incluso, como afirma Caiado e Zeppone (2013), “ao entrar na escola, o aluno com deficiência ainda encontra um espaço marcado pela lógica da homogeneidade. A pessoa que traz a marca da deficiência ainda carrega a marca do improvável, da incapacidade, do diferente”. Sendo assim surge necessário a contribuição do professor e da família, como afirma Bassedas et al (1996, p.29;33), “o professor tem a responsabilidade de estimular o desenvolvimento de todos os seus alunos pela aprendizagem de uma série de diversos conteúdos, valores e hábitos”, e a família tem a função social de transmitir e favorecer a adaptação à cultura existente”. Tudo

em função do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, especialmente àqueles com dificuldades de aprendizagem. Pois, segundo Mata (2004),

as dificuldades de aprendizagem são concebidas como uma forma de diversidade referente à capacidade de aprendizagem e que se reflete em vários componentes: capacidade cognitiva, interesses e motivação. De outra maneira, as necessidades educativas especiais no contexto escolar se concretizam nas chamadas dificuldades de aprendizagem (apud MARTÍNEZ; URQUIZAR, 2012, p.11).

Diante do exposto, fica claro que a inclusão educativa se faz necessária e importante, pois, poderá contribuir com o crescimento intelectual das minorias, proporcionando, a partir da interação com diversos tipos de indivíduos, uma aprendizagem significativa, levando o indivíduo a ser autor de seus próprios pensamentos, sobre isso, a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2015) reconhece que “a deficiência é um conceito em evolução e que deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade e igualdade de oportunidades”. Estando assim também incluídos nessa proposta de educação inclusiva os indivíduos com deficiência intelectual

## 2.2. A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O termo deficiência geralmente é a caracterização das limitações físicas, cognitivas, intelectuais e sociais das pessoas que as possuem. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (BRASIL, 2015) no seu artigo 2º reza o seguinte: “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com barreiras pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições”. De acordo com Moreira (2011, p.35) que se baseia em dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) deficiência é a “perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporário ou permanente”. A DI que é o núcleo deste trabalho está relacionada com a perda da função ou estrutura psicológica, podendo ser consequência de fatores biológicos. De acordo com a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V (2014) a DI se enquadra nos transtornos do neurodesenvolvimento podendo ser chamar também de Transtorno do Desenvolvimento Intelectual. Ainda de acordo com Moreira (2011, p.38) a OMS substituiu o

termo “retardo mental” por desabilidade intelectual, no entanto, no Brasil adotou-se para o mesmo o termo deficiência intelectual.

Na DI há níveis de gravidade que, de acordo com o DSM-V (2014, p.34-36), os especificadores do nível de gravidade são definidos de acordo com o funcionamento adaptativo, pois, este define o nível de auxílio necessário. Os níveis de gravidade são divididos em leve, moderado, grave e profundo. Outros transtornos ou síndromes podem apresentar algum nível de gravidade de DI, como por exemplo: o Autismo e a Síndrome de Down, sendo esta um dos casos de DI mais conhecidos e é causada devido a fatores biológicos.

De acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AADID, em inglês AAIDD) e citado por Déo e Pereira (2011, p.4) o diagnóstico de DI envolve três critérios quantitativos, que são: “limitações significativas do funcionamento intelectual; limitações significativas no comportamento adaptativo e; idade de início antes dos 18 anos.” Os critérios diagnósticos segundo o DSM-V (2014, p. 37-38) são bem semelhantes e divididos também em três critérios, o primeiro refere-se a funções intelectuais relacionadas ao raciocínio, planejamento, resolução de problemas, juízo, aprendizagem escolar, experiência e compreensão prática, esses fatores são avaliados a partir de técnicas e testes psicométricos e neuropsicológicos individuais e avaliação do desempenho. O Segundo critério está baseado na independência pessoal e responsabilidade social comparando com a idade e contexto sociocultural similar. O terceiro critério está relacionado à presença de déficits durante a infância e adolescência.

Em um trabalho sobre DI Rossato e Leonardo (2011, p.74) baseado nas teorias sociais de Vigotsky, destacam que na deficiência há potenciais e que a avaliação de um nível de deficiência deve ser pautada nos seus potenciais e não na insuficiência, ou seja, para os educadores que trabalham com pessoas com DI é fundamental que levem em considerações que elas são pessoas com potencial de crescimento. Rossato e Leonardo (2011, p.74) ainda enfatiza que a deficiência deve ser uma força impulsionadora da aprendizagem por isso é importante a plena participação dos indivíduos com DI em diversos setores da sociedade, ainda baseados nos mesmos entende-se que para uma educação e aprendizagem efetiva é necessário que as instituições de ensino sejam flexíveis a cada novo desenvolvimento, trabalhando sempre com as particularidades da deficiência não se restringindo a limitações biológicas.

## 2.2. O PROCESSO PERCEPTIVO DOS PROFESSORES

A percepção do professor em relação aos alunos poderá influenciar na dinâmica de ensino-aprendizagem, pois, esta pode refletir/influenciar no seu exercício profissional, sobre isto se considera importante destacar que:

É muito provável que, quando uma pessoa interage com diferentes pessoas em diferentes oportunidades, realmente não seja a mesma pessoa estimuladora. Seu comportamento irá variar em função da situação, e esta inclui a natureza dos outros participantes. Esse fato é um exemplo da complexidade da interação social e da percepção de pessoa. A maneira pela qual você me classifica e percebe irá influenciar a maneira de você comportar-se diante de mim e seu comportamento por sua vez, influenciará o meu comportamento (HASTORF; SCHEIDER E POLEFKA, 1973, p.13)

Sendo assim, pode-se inferir que a maneira do professor perceber o aluno com deficiência intelectual em sala de aula pode refletir no comportamento, e assim, na aprendizagem do indivíduo com deficiência. Cabe ressaltar também que o homem, como percebido, também procura compreender e predizer o mundo a fim de que possa comportar convenientemente, sendo, o ato perceptivo uma predição que podemos usar como uma base para a ação. (HASTORF; SCHEIDER E POLEFKA, 1973, p.8).

De acordo com Verdugo (1994), “apesar de a inclusão<sup>1</sup> poder ser imposta por lei, o modo como o professor lida com as necessidades dos seus alunos pode ser uma variável muito mais influente para o êxito da inclusão do que qualquer estratégia administrativa ou curricular” (*apud* Camisão, 2004, p.58).

Ainda sobre a atuação do professor em sala, Camisão (2004, p.58) cita que: “a organização e gestão da sala de aula se baseiam em grande parte nas crenças e percepções do professor, sendo elemento ‘chave’ em qualquer mudança que possa ocorrer”. Outro importante destaque, segundo Malouf e Schillern (1995), citado por Camisão (2004, p.59), é que “as atitudes e as crenças exprimem percepções e pensamentos e funcionam como filtros na interpretação da realidade, podendo influenciar comportamentos”. Esta percepção pode influenciar diretamente no comportamento, pois, como afirma Hastorf; Scheider e Polefka (1973, p. 17), “uma das principais variáveis que influenciam em nosso comportamento com relação a outras pessoas é o tipo de impressão que formamos dela e das disposições que a ela atribuímos”.

### **3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA**

---

<sup>1</sup> No texto original o autor utiliza o termo “integração”, porém ele atribui “inclusão” e “integração” o mesmo significado e que corrobora com o sentido de inclusão abordado nesse trabalho.

### 3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e transversal, do tipo estudo de campo, assim chamado, pois, o pesquisador vai até o local onde ocorre o fato pesquisado, de acordo com Gonsalves (2002, p.67) a pesquisa de campo busca a informação diretamente com a população pesquisada. O pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

### 3.2 PARTICIPANTES DO GRUPO AMOSTRAL

Contamos com a participação de 8 professores de 4 escolas de ensino básico da rede pública de ensino de João Pessoa – PB, pois, consideramos esta quantidade suficiente para representar a população pesquisada. Portanto, o grupo amostral é composto 8 sujeitos do grupo do magistério. O motivo da escolha de professores é pelo simples fato de ser o núcleo do objetivo da pesquisa, ou seja, analisar a percepção de professores. Outros indivíduos e/ou profissionais foram excluídos, por motivos de não estarem incluídos no objetivo principal da pesquisa.

### 3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para realização desta pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturada, pois, por se tratar da percepção, acreditamos que a entrevista define está percepção de forma mais apropriada. A entrevista também se torna mais flexível ao fazer com que o entrevistador deixe mais claro o significado das perguntas facilitando a adaptação dos entrevistados às circunstâncias do decorrer da entrevista (GIL, 2008, p.110). Durante a entrevista foi utilizado um celular para gravação do áudio da fala dos participantes, assim como, foi apresentado, antes da entrevista, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para cada indivíduo entrevistado.

### 3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Inicialmente este projeto foi apresentado nas instituições escolhidas para realização da pesquisa a fim de solicitar autorização para coleta dos dados. Com a devida aceitação, marcamos o dia da entrevista e convidamos os professores participantes, um a um, para um

local com pouco ou nenhum barulho, para a realização da entrevista. Portanto, foi feita individualmente. Os professores também foram informados da voluntariedade, do caráter anônimo e confidencial de todas as informações. Mediante confirmação de participação na pesquisa, foi apresentado ao professor o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, baseado nos preceitos éticos vigentes para realização de pesquisa com seres humanos defendidos pelas resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do CNS/MS.

Após os procedimentos iniciais, houve uma pequena explicação oral sobre a pesquisa e a contribuição desta, assim, como foi informado a cada professor a disponibilidade dos dados, caso seja de interesse, e a estimativa de prazo de conclusão da pesquisa, informando também como ter acesso ao resultado final da pesquisa. A duração de todo o procedimento (Apresentação, indicação do professor, esclarecimentos, entrevista e etc.) durou em média 40 minutos, um pouco abaixo do esperado.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados de forma qualitativa baseados nas orientações e sugestões do livro de Maria Laura P. B. Franco, intitulado “Análise do Conteúdo” (2008), que se baseia em alguns pressupostos teóricos, como Mucchielli e Bardin. Franco (2008, p.26) esclarece que o pesquisador tem seu próprio processo de decodificação e por meio dele analisa, infere e elabora interpretações relacionadas ao conteúdo coletado.

Franco (2008, p.27) expõe também que “os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos da pesquisa”, sendo assim, a análise foi dividida em quatro eixos de análise (I,II, III e IV) cada eixo está relacionado a um objetivo específico. Do Eixo I ao Eixo III foram criados três quadros expondo a distribuição das principais respostas a partir de categorias temáticas e no Eixo IV o quadro foi dividido em dois para melhor compreensão, porém, com o mesmo objetivo. Para análise e organização dos dados os participantes foram representados de acordo com um código codificado para cada participante (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante os dados coletados e analisados, foi possível ter um conhecimento sobre como o professor percebe a inclusão educativa frente à pessoa com deficiência intelectual - DI, e assim conhecer os fatores que poderiam estar associados a essa percepção, para tanto, os

dados foram divididos em categorias temáticas de acordo com a discussão de cada participante e as categorias foram divididas em quatro eixos (I, II, III e IV) para que fosse feita a análise de acordo com o objetivo correspondente a cada eixo. As categorias descritas em cada quadro encontram-se em ordem crescente de maior valor/significância e clareza expressa pelos participantes entrevistados.

Para a análise dos dados também foi levado em consideração os aspectos sociais e a forma como o professor se expressava e/ou lidava com a questão. Para a apresentação dos dados analisado foram elaboradas cinco quadros para explicar as categorias elaboradas de acordo com o discurso dos professores. Abaixo se encontra o *Quadro 1* com os dados relacionados ao primeiro eixo, Eixo I: Percepção de inclusão educativa escolar.

**Quadro 1:** Eixo I: Percepção de inclusão educativa escolar

REPOSTAS SOBRE O QUE SE ENTENDE DE INCLUSÃO EDUCATIVA	Nº DE PARTICIPANTES
<b>1. Relacionadas ao CONCEITO GERAL DE INCLUSÃO</b> - “Escola aberta e preparada”. - “Colocar um setor social excluído para participar da educação regular”. - “À inserção do aluno com deficiência na classe regular visando minimizar a diferença entre eles e o aluno que não possua dificuldades”.	<b>4</b>
<b>2. Relacionados à INTEGRAÇÃO</b> - “Trazer pessoas excluídas para viver junto com as normais em sala”. - “Colocar pessoas com deficiência com pessoas que não tenham deficiência”.	<b>2</b>
<b>3. Relacionados à SITUAÇÃO DE SOLIDARIEDADE</b> - “Tratar todos com igualdade e ajudar da melhor maneira possível”.	<b>1</b>

FONTE: Resultado da pesquisa.

No primeiro eixo (Eixo I - *Quadro 1*) foram divididas três categorias temáticas, a maioria dos professores tiveram percepções sobre o conceito de educação inclusiva de uma forma geral, ou seja, conseguiram mensurar a importância e abrangência do que se entende por educação inclusiva. Numa segunda categoria mais dois diferentes professores expressaram o conceito de inclusão como algo relacionado apenas ao método integracionista onde o que importa é o aluno estar junto com os demais ignorando a necessidade de esse aluno aprender e participar da dinâmica de sala de aula. Na terceira categoria definida neste eixo apenas um professor expressou a percepção como apenas algo que necessita de solidariedade, ignorando assim todos os outros aspectos importantes e necessários para inclusão. Um dos professores (P1) não apresentou resposta coerente para esta questão, sendo assim, a resposta deste não foi levado em consideração neste eixo.

Abaixo o *Quadro 2* onde poderá ser observado os resultados relacionados ao Eixo II: Percepção da importância de inclusão da pessoa com DI.

**Quadro 2:** Eixo II: Percepção da importância de inclusão da pessoa com DI

DISTRIBUIÇÃO DE PRINCIPAIS REPOSTAS SOBRE A IMPORTANCIA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DI	Nº DE PARTICIPANTES
<b>1. Relacionados à situação de SOCIALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM</b> - “É importante para desenvolver habilidades e socialização”. - “Ele ganha estimulação, mas também ganha interação”.	2
<b>2. Relacionadas à situação de SOCIALIZAÇÃO</b> - “É importante a questão social, que se relacionem para não ficarem excluídos, é a cidadania”. - “Para o respeito com elas, o convívio com as pessoas ditas normais, para que elas possam evoluir, crescer e fazer com que os outros as respeitem. À ajuda, a solidariedade”.	3
<b>3. Relacionados ao aspecto AFETIVIDADE</b> - “É uma maneira de ele se sentir uma pessoa participante, não se sentir rejeitado”. - “É muito importante pelo lado pessoal, emocional”.	2
<b>4. Relacionados ao TEMPO DE EXCLUSÃO</b> - “Durante muito tempo elas foram excluídas”.	1

FONTE: Resultado da pesquisa.

No Eixo II (*Quadro 2*) foram elaboradas quatro categorias, na Categoria 1 (**SOCIALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM**), como pode-se ver no *Quadro 2*, apenas dois professores relacionaram a importância da inclusão com a situação de socialização e aprendizagem, sendo, está primeira categoria de maior valor de significado enquanto percepção de importância, pois, eles reconheceram não apenas a questão social como fator importante, mas também o fator aprendizagem (observado na expressão das palavras “estimulação” e “desenvolver habilidades”), pois, é o desafio central do trabalho da inclusão que a pessoa com DI obtenha uma aprendizagem significativa junto a um desenvolvimento social.

Três dos professores relacionaram a importância de incluir pessoas com DI apenas com as vantagens que isso trás para a socialização, porém, ignorando a relação com as habilidades cognitivas, e assim, o desenvolvimento da aprendizagem. Outros dois diferentes professores relacionaram a importância de incluir pessoa com DI com o aspecto de afetividade, ou seja, para eles é como se para incluir é necessário apenas que a pessoa com DI se sinta bem emocionalmente. Outro único professor participante relacionou a importância e necessidade

de incluir apenas ao tempo que as pessoas com DI estão excluídas, ignorando outros fatores que poderiam ser levados em conta, e este último expressou-se de maneira muito superficial, o que corroborou para a interpretação da resposta deste.

Abaixo o *Quadro 3* onde poderá ser observado os resultados relacionados ao Eixo III: Percepção do que precisa ser feito para que a inclusão de pessoas com DI seja efetivada.

**Quadro 3:** Eixo III: Percepção do que precisa ser feito para que a inclusão de pessoas com DI seja efetivada

<b>PRINCIPAIS REPOSTAS SOBRE O QUE PRECISA SER FEITO PARA QUE A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DI SEJA EFETIVADA</b>	<b>Nº DE PARTICIPANTES</b>
<b>1. APOIO MULTIDISCIPLINAR E MATERIAL</b> - “Falta apoio de uma equipe multidisciplinar para o professor”. - “Falta à própria estrutura em si de material para a gente poder propor atividades diferenciadas”.	<b>1 (P8)</b>
<b>2. PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOCENTE.</b> - “Os cursos de formação precisam lidar com isso”. - “É preciso [...] que o professor esteja preparado para acompanhar o nível desse aluno”.	<b>4 (P2,P5,P6,P7)</b>
<b>3. ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL</b> - “Alguns tipos de deficiências necessitam de um profissional em sala de aula”. - “É necessário um acompanhamento individual”.	<b>3 (P3, P5, P6)</b>
<b>4. CONVIVÊNCIA EM GRUPO</b> - “É preciso que eles convivam com o grupo deles, com a idade, com a faixa etária”. - “Respeito pelos colegas, dos colegas para com elas”.	<b>2 (P2, P4)</b>
<b>5. DEDICAÇÃO PROFISSIONAL</b> - “Que os professores façam tudo para que elas se sintam em igualdade”.	<b>1 (P3)</b>
<b>6. ASPECTO TEORICO PRÁTICO</b> - “Seja tirado o que está nos documentos oficiais educacionais e colocar em prática para que não fique só na teoria”.	<b>1 (P1)</b>

FONTE: Resultado da pesquisa.

No Eixo III (*Quadro 3*) foram elaboradas seis categorias, porém, neste eixo alguns participantes também se enquadraram em mais de uma categoria. Dois dos quatro participantes da Categoria 2 (P5, P6) também se enquadraram na Categoria 3 e um deles na Categoria 4 (P2). Um participante da Categoria 3 (P3) também se enquadrou na Categoria 5.

Apenas um participante no Eixo III citou a necessidade de uma equipe multidisciplinar e recursos adequados para que a inclusão seja efetivada de fato, no entanto, por mais que esses não sejam os únicos fatores para a qualidade de efetivação de uma educação inclusiva,

eles tem um peso maior em relação aos outros fatores expressados, pois, com uma equipe multidisciplinar poderá criar estratégias para trabalhar com as pessoas com DI na sala de aula, minimizando problemas que os professores têm para lidar com este aluno e orientando o professor de forma ativa e diária, possibilitando também maior contato com os contextos familiares (Levando em consideração que a equipe multidisciplinar seja completa, com Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, Psicopedagogo e Fonoaudiólogo).

A maioria dos professores (4/8) expressaram que para que a inclusão educativa seja efetiva é necessário formação e preparação docente, algo que é realmente necessário, porém, a formação aliada com a presença multidisciplinar tem uma probabilidade maior de efetividade das práticas da inclusão na escola. A partir do discurso sobre a formação pode-se perceber que os professores se preocupam muito com o preparo e a formação continuada, porém, infere-se também, a partir do observado, que eles não se esforçam para compreender como se dá esse trabalho de inclusão e apenas esperam até que órgãos públicos tragam até eles a formação adequada.

Três dos professores responderam sobre a necessidade de haver um acompanhamento individual em sala de aula, sendo também este outro importante fator para a qualidade do aprendizado das pessoas com DI, porém, a pessoa que acompanhará deverá ser especializada para isto e é importante que os outros fatores anteriormente citados possam estar equalizados. Lógica que assim segue também para outro fator citado por dois dos professores participantes, relacionados à *convivência em grupo*, ou seja, a formação e o trabalho profissional e multidisciplinar possibilitará o planejamento de estratégias de relacionamento grupal fazendo com que todos reconheça e saiba lidar com o diferente. Um dos professores expressou-se demonstrando a importância da dedicação profissional, porém, observou-se que foi de maneira muito superficial, não demonstrando reconhecer realmente como deve ser a dedicação por ele sugerida. Outro professor também se expressou de maneira muito superficial ao expressar que o que falta para a efetivação da Inclusão educativa é a relação teórico prático, porém, tendo em vista os diversos fatores que podem estar envolvidos nesta questão, observou-se que ele poderia ter especificado melhor os fatores que estão relacionados a questão prática e teórica.

Abaixo o *Quadro 4.1 e 4.2* onde poderá ser observado os resultados relacionados ao Eixo IV: Conhecimento e importância das políticas públicas relacionadas à inclusão educativa.

**Quadro 4.1:** Eixo IV: Conhecimento das políticas públicas relacionadas à inclusão educativa

<b>DISTRIBUIÇÃO DE PRINCIPAIS REPOSTAS SOBRE O CONHECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INCLUSÃO EDUCATIVA</b>	<b>Nº DE PARTICIPANTES</b>
<b>1. CONHECIMENTO GERAL</b> - “Tem a LBI recentemente aprovada, a própria LDB é um documento importante... E as Diretrizes Nacionais Curriculares da Inclusão”.	<b>1</b>
<b>2. CONHECIMENTO SOBRE LDB</b> - “Creio que a LDB talvez fale um pouco sobre isso”. - “Eu conheço o que está na LDB, quando fala da educação especial”.	<b>3</b>
<b>3. CONHECIMENTO SUPERFICIAL</b> - “Sim já ouvi falar”. - “Já vi algum, agora não lembro”.	<b>3</b>
<b>4. SEM CONHECIMENTO</b> - “As políticas mesmo eu não entendo”.	<b>1</b>

FONTE: Resultado da pesquisa.

No Eixo IV na questão relacionada ao conhecimento das políticas públicas sobre inclusão educativa (*Quadro 4.1*) um dos professores participantes demonstrou conhecer importantes documentos para a educação inclusiva. Outros três professores demonstraram conhecer apenas a LDB outros três professores tiveram apenas um conhecimento superficial acerca das políticas de educação inclusiva, argumentando que não lembravam. Apenas um dos professores demonstrou não ter nenhum conhecimento sobre as políticas de inclusão na educação.

**Quadro 4.2:** Eixo IV: Importância das políticas públicas relacionadas a inclusão educativa

<b>PRINCIPAIS REPOSTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INCLUSÃO EDUCATIVA</b>	<b>Nº DE PARTICIPANTES</b>
<b>1. GARANTIA DE DIREITOS</b> - “Obriga o poder público a garantir que essas pessoas sejam atendidas”. - “Acho de suma importância para que realmente seja levado a sério”. - “Reconhece o cidadão... a necessidade de uma escola aberta... inclusiva e preparada para a inclusão”.	<b>5</b>

FONTE: Resultado da pesquisa.

Em relação à importância das políticas públicas para a educação inclusiva, cinco participantes se expressaram a respeito e de forma mais coerentes ao questionamento, porém, todas as respostas os professores relacionaram a importância apenas com a garantia de direitos, porém, as políticas públicas também são importantes para as orientações e diretrizes para facilitar o exercício e efetividade da inclusão. O conhecimento delas orienta para a

construção de estratégias e para a construção de uma escola inclusiva, principalmente, para os professores e os outros profissionais envolvidos no processo.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois, os resultados encontrados mostraram a importância da atuação docente e a forma como o professor percebe os alunos com deficiência intelectual – DI, assim como, esclareceram e confirmou o quanto os professores preocupam-se com a formação e também confirmaram as dificuldades que os professores têm quando concluem a licenciatura e deparam com pessoas com DI ou com outras dificuldades comprometedoras na escola básica.

Os principais pontos que podem interferir na efetividade da prática da inclusão educativa aqui encontrados foram a presença de uma equipe multidisciplinar competente e a formação e interesse dos professores relacionados à inclusão educativa para o desenvolvimento da aprendizagem de pessoas com deficiência na sala de aula.

A pesquisa também afirmou que a percepção do professor para com os alunos em sala de aula está fortemente relacionado com o desenvolvimento da aprendizagem deste aluno na escola. Os resultados colaboraram para o conhecimento dos problemas enfrentados pelos docentes para lidar com as pessoas com DI e/ou outras dificuldades em sala de aula, e com isto, favorece também a atuação do profissional psicopedagogo, pois, possibilita que o psicopedagogo faça um mapeamento dos problemas que contribuem para as dificuldades de aprendizagem, e a partir do conhecimento e mapeamento destas dificuldades procurarem soluções, assim como elaborar planejamentos preventivos.

Para a realização desta pesquisa houveram algumas limitações relacionadas à disponibilidade de tempo dos professores na escola e também houve dificuldade em encontrar na escola um lugar e horário adequado, sem interferência principalmente de barulho, para a realização da entrevista.

De uma forma geral este trabalho trouxe contribuições para a áreas das ciências da educação e para a sociedade contribuindo com a construção de estratégias de intervenção no contexto institucional escolar. A partir deste trabalho pretende-se realizar estudos futuros mais aprofundados relacionados ao desempenho da aprendizagem das pessoas com DI objetivando sempre contribuir para minimizar as barreiras que os professores enfrentam para ensinar pessoas com deficiência intelectual e outras dificuldades.

## PERCEPTION OF TEACHERS ON THE INCLUSION OF PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN THE REGULAR SCHOOL

### ABSTRACT

Discussions about inclusive education in Brazil extended in the 1980s and important documents were instituted for the construction of an inclusive school. Among the documents of great importance for inclusive education is the Law of Directives and Bases of Education - LDB and Federal Constitution (Articles and Convention on the Rights of Persons with Disabilities). This study focuses on the education of students with disabilities, specifically the intellectual disability - DI. We believe that this study is relevant because teachers are the professionals that make happen to the inclusion of students with disabilities in school. This study aims to analyze the perception of teachers about the inclusion of people with intellectual disabilities in the regular school. Specifically, we want to know the importance given by teachers to the inclusion of people with disabilities in the regular school. In this sense, to identify what teachers understand about educational inclusion, to evaluate the teachers' attitudes toward the learning of the subject with intellectual disability in the regular class and to verify if the teacher recognizes or not the guidelines to be covered to exert the educational inclusion of people with Intellectual disability. A semi-structured interview script was used as a data collection instrument. The data were analyzed qualitatively based on the guidelines and suggestions of the book entitled "Content Analysis" (Franco, 2008). As a result it was possible to have a knowledge about how the teacher perceives the educational inclusion of the person with intellectual disability.

**Keywords:** Inclusion. Intellectual Disability. Perception of Teachers.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Tradução de Maria Inês C. Nascimento et al. Porto Alegre: ARTMED, 2014. 31 p.
- BASSEDAS, Eulália et al. **Intervenção Educativa e Diagnóstico Psicopedagógico**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- BRASIL. Congresso. Senado. (2015). Decreto Nº 6.949, De 25/08/2009. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília, DF.
- \_\_\_\_\_. Congresso. Senado. (2015). Constituição Art 208, inciso III. **Da Educação**. Brasília, DF: 2015.
- \_\_\_\_\_. Lei 9394/96: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei 13.146/15: **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: MEC, 2015.
- CAIADO, Katia Regina Moreno; ZEPPONE, Rosimeire Maria Orlando. Apoios e atendimentos durante a trajetória escolar. In: CAIADO, Katia Regina Moreno. **Prática Pedagógica na Educação Especial: Multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Araraquara-SP: Junqueira&Marin, 2013.
- CAMISÃO, Isolina Fernanda Ferreira e. **Percepção dos Professores do Ensino Básico acerca da Inclusão Educativa de Alunos com Necessidades Educativas Especiais**. Dissertação de mestrado - Universidade do Minho. 2004.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Medição, 2004.
- DÉO, Adriana Fortes; PEREIRA, Jeanete Aparecida Ferri. **A triangulação entre deficiência intelectual, funcionalidade humana e apoios**. Revista DICA, Agudos-SP, v.4, n. 4, 2011. Disponível em: <[http://www.revistafaag.com.br/revistas\\_antiga](http://www.revistafaag.com.br/revistas_antiga)>. Acesso em: 12 de dez. 2016.
- FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 6ª ed., 2008.
- GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Vozes, 2003.
- HASTORF, Albert H.; SCHNEIDER, David J.; POLEFKA, Judith. **Percepção de pessoa**. São Paulo: Edgard Blücher, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- MARTÍNEZ, Tomás Sola; URQUÍZAR, Natividad López. A educação especial e os indivíduos com necessidades educativas especiais. In: **Bases Psicopedagógicas da Educação Especial**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2012.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo. Deficiência Intelectual: Conceitos e causas. In: **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual**. 3ed. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 35-41. Disponível em: < <http://books.scielo.org>> Acesso em: 12 de dez. 2016.

NEY, Antonio. **Política educacional**: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. A Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

ROSSATO, Solange P M; LEONARDO, Nilza S T. **A deficiência intelectual na concepção de educadores da educação especial**: contribuições da psicologia histórico cultural. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília-SP, v. 17, n. 1, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 12 de dez. 2016.

## ANEXO 1

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esta pesquisa é sobre PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR e está sendo desenvolvida por José Pereira de Oliveira, aluno do curso de Psicopedagogia da Universidade Federal Da Paraíba, sob orientação da Professora Marcia Paiva de Oliveira.

O Objetivo geral do estudo é analisar a percepção de professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na escola regular. Especificamente, têm-se como objetivo: conhecer a importância dada pelos professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular. Essa estratégia se mostra importante, pois pode ser base para analisar a percepção de professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na escola regular o que vem a ser um aspecto associado ao processo de aprendizagem, que pode ser entendido de forma indireta e institucional, à luz da psicopedagogia. Tal intenção justifica a relevância acadêmica e social do projeto.

Solicitamos a sua colaboração para responder uma entrevista (com duração média de 50 minutos), como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos participantes.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

### TERMO DE ASSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, idade \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR, que tem o objetivo analisar a percepção de professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência mental na escola regular. Entendi sobre o que pode acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso.

Li e concordo em participar como voluntário da pesquisa descrita acima. Estou ciente que recebi uma cópia deste documento.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

## APÊNDICE 1

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### I - Preâmbulo

“A colaboração dos professores para a realização destes estudos é essencial para que eles se concretizem. O que pretendemos é a sua opinião acerca de alguns aspectos específicos, relacionados com a inclusão de alunos com deficiência mental na escola regular.

Gostaríamos de solicitar autorização para a gravação das entrevistas que serão utilizadas apenas no âmbito deste estudo, assegurando, desde já, a sua confidencialidade”.

#### II – Exploração

**Objetivo 1:** Identificar o que os professores entendem sobre inclusão educativa na escola regular.

- *O que você entende, sobre o processo de inclusão educativa na escola regular?*

**Objetivo 2:** Conhecer a importância dada pelos professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na escola regular.

- *Em relação a pessoas com deficiência intelectual. Para você, qual a importância da inclusão na escola comum/regular de pessoas com deficiência intelectual?*

**Objetivo 3:** Avaliar as atitudes dos professores frente à aprendizagem do sujeito com deficiência intelectual na classe regular.

- *O que você acha que deve ser feito para que a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na classe regular seja efetiva de fato?*

**Objetivo 4:** Constatar se o professor reconhece ou não as diretrizes a serem percorridas para exercer a inclusão educativa de pessoas com deficiência intelectual.

- *Você conhece algum documento (política, decreto, lei) que oriente quanto ao caminho para percorrer visando o exercido do ato de incluir pessoas com deficiência na escola regular?*